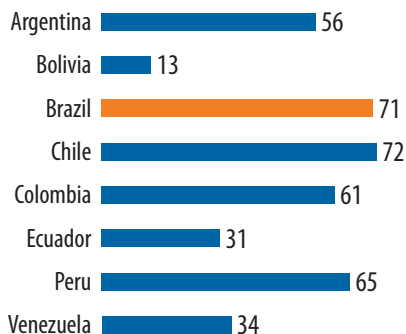




Pontuação Geral: **71**
(de 100)

Fornece informação significativa ao público nos seus documentos orçamentários durante o ano.

Como se compara Brasil con seus vizinhos ?



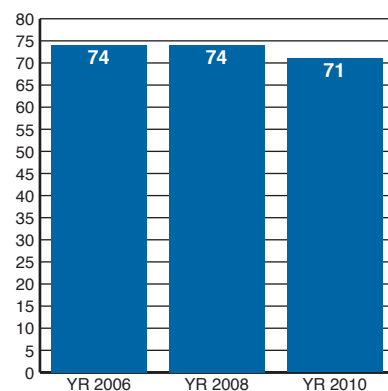
Principais conclusões

As pontuações para as 92 questões da Pesquisa do Orçamento Aberto (veja quadro de texto) são usadas para compilar pontuações objetivas e classificações da transparência relativa de cada país. Estas pontuações constituem o Índice do Orçamento Aberto (OBI).

A pontuação OBI do Brasil, de 71, é a segunda mais alta na região da América do Sul. Mostra que o governo fornece ao público informação significativa sobre o orçamento e atividade financeira do governo central durante o curso do ano orçamentário. Apesar da permanência de algumas deficiências, a quantidade de informação publicada é geralmente suficiente para que os cidadãos avaliem como seu governo está administrando os fundos públicos.

A pontuação do Brasil decresceu levemente de 74 para 71 de 2008 para 2010. O Brasil publicou uma Proposta de Orçamento do Executivo e um Relatório Anual Final um pouco menos abrangentes.

Pontuações do OBI em três Pesquisas



Adequação & Disponibilidade de Oito Documentos de Orçamento Chave

Documento	Grau do Nível de Informação*	Condição de Publicação
Declaração Pré-orçamentaria	A	Publicado
Proposta de Orçamento do Executivo	B	Publicado
Orçamento Promulgado	A	Publicado
Orçamento Cidadão	E	Não Produzido
Relatórios Durante o Ano-Exercício	A	Publicado
Revisão Semestral	E	Não Produzido
Relatório de Fin de Ano	C	Publicado
Relatório da Auditoria	C	Publicado

* A pontuação referente à abrangência das informações fornecidas em cada documento e sua disponibilidade são calculadas a partir das pontuações médias recebidas em um subconjunto de perguntas da Pesquisa do Orçamento Aberto 2010 relativas a cada documento. Uma pontuação média entre 0 e 20 (informação limitada/nenhuma informação) é classificada como E, 21 a 40 (mínima) é classificada como D, 41 a 60 (alguma) é classificada como C, 61 a 80 (significativa) é classificada como B e 81 a 100 (abrangente) é classificada como A.

Uma **Proposta de Orçamento do Executivo** é o instrumento de política mais importante do governo. Ela apresenta como o governo planeja aumentar a receita através de impostos e outras fontes e gastar essas verbas para suportar suas prioridades, transformando assim metas políticas em ação. No Brasil a Proposta Orçamentaria do Executivo é bastante abrangente, mas não tem suficiente informação sobre certas atividades fiscais que podem ter impacto importante sobre a capacidade do governo de adequar seus objetivos fiscais e políticos, incluindo informação sobre fundos extra-orçamentários, atividades semi-fiscais, despesas públicas, dívidas contingentes e futuras, e bens financeiros e outros. Com esta informação ausente, o público não pode saber a posição fiscal completa do governo.

Uma **Declaração Pré-Orçamentaria** estabelece os amplos parâmetros que definirão o próximo orçamento anual do governo. O Brasil publica uma Declaração Pré-Orçamentaria com informações abrangentes.

Um **Orçamento Promulgado** se torna uma lei do país e fornece as informações de referência para todas as análises orçamentárias conduzidas durante o ano orçamentário. Em termos gerais, o Orçamento Promulgado deve fornecer ao público os dados necessários para que se possa avaliar as prioridades políticas defendidas pelo governo e, assim, mantê-lo responsável. O Brasil publica um Orçamento Promulgado abrangente.

Um **Orçamento Cidadão** é uma apresentação não-técnica do orçamento de um governo que é destinada a possibilitar que o público – inclusive aqueles que não são familiares com finanças públicas – possa entender os planos de um governo para aumentar receitas e gastar recursos públicos. Brasil não publica um Orçamento Cidadão.

Relatórios Durante o Ano-Exercício oferecem uma síntese dos efeitos do orçamento durante o ano orçamentário. Eles permitem comparações com os números do orçamento anual e assim podem facilitar ajustes. O Brasil publica Relatórios Durante o Ano-Exercício com informações abrangentes.

Encuesta de Presupuesto Abierto 2010

Brasil

A Pesquisa do Orçamento Aberto da Parceria Internacional de Orçamento (International Budget Partnership) avalia a disponibilidade ao público dos oito documentos orçamentários chave de cada país pesquisado, e a abrangência de tais documentos. A pesquisa também examina o nível de eficácia da supervisão fornecida por legislaturas e instituições supremas de auditoria (ISAs), bem como as oportunidades disponíveis para o público a participar nos processos de decisão sobre os orçamentos nacionais

A pesquisa para concluir a Pesquisa do Orçamento Aberto foi realizada por:

Astral Melo e
João Roberto Lopes Pinto
Brazilian Institute of Social and
Economic Analyses
Av. Rio Branco 124, 8.andar, Rio
de Janeiro
+5521-2178-9400
joao@ibase.br

Uma **Revisão Semestral** fornece uma visão abrangente dos efeitos do orçamento no meio de um ano orçamentário e discute qualquer mudança em hipóteses econômicas que afetam as políticas orçamentárias aprovadas. As informações neste relatório permitem que o governo, poder legislativo e o público identifiquem se eventuais reajustes relativos a receitas, despesas ou empréstimos devem ser feitos durante os últimos seis meses do ano orçamentário, ou não. Brasil não produz uma Revisão Semestral.

Um **Relatório de Final de Ano** compara a execução do orçamento real com o Orçamento Promulgado. O Relatório de Final de Ano pode informar os legisladores sobre política de impostos, requerimentos de débitos, e as principais prioridades de gastos, facilitando ajustes para o próximo ano orçamentário. Além disso, as informações contidas neste relatório podem ajudar diferentes ministérios e o público a identificar deficiências nas políticas e programas existentes, que podem ser usados para influenciar a direção dos programas futuros. No Brasil o Relatório de Final de Ano não é suficientemente abrangente, porque que não apresenta detalhes importantes como os resultados reais para os fundos extra-orçamentais.

Um **Relatório de Auditoria** é uma avaliação das contas do governo pela instituição suprema de auditoria (ISA) do país. Ele relata se o governo coletou impostos e gastou impostos nacionais de acordo com o orçamento autorizado, se a contabilidade do governo é equilibrada e precisa, e se houve problemas na administração de fundos públicos. Em Brasil o Relatório de Auditoria é publicado, mas não é suficientemente abrangente porque não inclui uma auditoria de todas as despesas anuais.

Participação Pública e Instituições de Contabilidade

Além de melhorar o acesso aos documentos orçamentários chave, e a sua abrangência, existem outras formas pelas quais o processo orçamentário do Brasil pode ser mais aberto. Isso inclui garantir a existência de um forte poder legislativo e uma forte instituição suprema de auditoria (ISA), bem como oferecer maiores oportunidades para que o público participe no processo orçamentário.

Os órgãos de supervisão são eficientes?

Instituição de Supervisão	Capacidade**
Poder Legislativo	Moderada
ISA	Forte

** A força/capacidade do Poder Legislativo e ISA são a partir das pontuações médias recebidas para um subconjunto de perguntas da Pesquisa do Orçamento Aberto 2010 relativas a cada instituição. Uma pontuação média entre 0 a 33 é classificada como fraca, de 34 a 66 é moderada e de 67 a 100 é forte.

De acordo com a Pesquisa do Orçamento Aberto, a supervisão de orçamento fornecido pelo poder legislativo do Brasil é inadequada porque não:

1. tem poderes suficientes para mudar a Proposta de Orçamento Executivo no início do ano,
2. tem poderes suficientes para aprovar qualquer mudança feita no orçamento no curso do ano fiscal; e
3. realiza debates orçamentais abertos que permitem ao público estar presente durante as audiências legislativas, nas quais o executivo testifica sobre a sua proposta de orçamento.

De acordo com a Pesquisa do Orçamento Aberto, a supervisão de orçamento fornecida pela ISA do Brasil é geralmente forte, mas não tem extensos relatórios sobre os passos tomados pelo executivo para dirigir as recomendações de medidas correctivas sugeridas pela ISA.

Recomendações

O Brasil deveria:

- produzir e publicar um Orçamento Cidadão e uma Revisão Semestral;
- aumentar a abrangência do Relatório de Final de Ano, e do Relatório de Auditoria
- fornecer oportunidades ao público para testemunhar nas audiências do legislativo sobre o orçamento; e
- aumentar o poder do legislativo para fornecer uma supervisão mais abrangente do orçamento.